



Fundado em 1966
 Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
 José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Conselho de Administração
 Presidente: Aurélio de Almeida Prado Cidade
 Membros: Fernando Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patrícia Mesquita, Roberto C. Mesquita

Opinião
 Diretor de Opinião: Roy Mesquita
 Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
 Diretor de Conteúdo: Ricardo Gondour
 Editora-Chefe Responsável: Claudia Belfort

Administração e Negócios
 Diretor Presidente: Silvio Geraldo
 Diretor de Mercado Labor: João Carlos Rosas
 Diretor de Mercado Anunciante: Fábio Costa
 Diretor Financeiro: Ricardo do Vale Delage
 Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sempato

A OPINIÃO DE

Teresa Costa d'Amaral

SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO
DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (IBDD)

Rasgaram a Constituição

✚ Há pouco tempo o DataSenado divulgou uma pesquisa realizada para conhecer a realidade das pessoas com deficiência no Brasil. E a única boa surpresa foi quanto à metodologia utilizada porque, pela primeira vez no Brasil, foram ouvidas as próprias pessoas com deficiência e não as instituições ou os órgãos de governo responsáveis por seu atendimento.

À medida que avançamos na compreensão dos dados levantados e dos resultados desenhados nesse trabalho, vai se formando um dramático retrato de exclusão social que uma democracia não pode admitir. Rasgaram a Constituição e não contaram para ninguém. Foi essa a certeza que ficou para mim após ter lido cuidadosamente esse relatório.

Não que já não tivesse essa convicção, baseada na convivência e no trabalho de algumas décadas com pessoas com deficiência. Mas agora tenho dados concretos, confiáveis, que permitem quase uma certeza. Algumas constatações impressionaram. A mais alarmante nem precisa de interpretação, 77% das pessoas com deficiência acreditam que seus direitos não são respeitados. Esse reconhecimento poderia ter resultado em atitudes de impacto da população com deficiência. São 10% da população brasileira que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), tem alguma deficiência, e desse sentimento de desrespeito esperaríamos protesto e engajamento na luta por seus direitos básicos. Mas não é isso que acontece: a naturalização da exclusão da deficiência é de tal forma violenta no Brasil que é capaz de transformar o que deveria ser

uma política de construção de direitos em uma prática de concessão de favores.

Mas as respostas coletadas pela pesquisa vão mais além, demonstram também a esmagadora experiência vivida, pela maioria das pessoas com deficiência, de não conseguirem alcançar seus direitos básicos de ter acesso à saúde, educação e profissionalização. Todos garantidos pela Constituição. E mais, mostram a falta de acessibilidade nos prédios públicos, nos prédios particulares de

77% das pessoas com deficiência acreditam que seus direitos não são respeitados

uso coletivo, nos transportes. É o direito básico de ir e vir ininterruptamente retirado das pessoas com deficiência. Onde ficou o tão louvado Estado Democrático de Direito?

Essa pesquisa revelou a ausência de políticas públicas consistentes e deve começar a mostrar a todos que não há como fugir dessa realidade: para construir um Brasil democrático é indispensável realizar grandes transformações nas condições de cidadania das pessoas com deficiência.

Segundo pesquisa internacional, temos a melhor, infelizmente, a menos respeitada legislação das Américas. É por isso que digo: o resultado reafirmou minha convicção de que, podendo, o Estado torce contra. E a Constituição que tenha suas páginas amarelecidas e rasgadas. ::